



ANABB

Associação Nacional
dos Funcionários do
Banco do Brasil



**AGENDA
LEGISLATIVA
ANABB
2023
1ª Edição**

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

AUGUSTO CARVALHO
Presidente

WILLIAM BENTO
Vice-Presidente Administrativo e Financeiro

NILTON BRUNELLI
Vice-Presidente de Comunicação

LISSANE HOLANDA
Vice-Presidente de Relações Funcionais

CECÍLIA GARCEZ
Vice-Presidente de Relações Institucionais

CONSELHO DELIBERATIVO

Cláudio Zucco – Presidente
Adelmo Vianna
Ana Landin
Anaya Carvalho
Antilhon Saraiva
Antonio Tremarin
Antonio Carvalho
Aparecida Medeiros
Carlos Soares (Carlinhos)
Carlos Luiz Teixeira Ribeiro
Celia Larichia
Claudio Pacheco
Denise Vianna
Francisco Alves e Silva (Xixico)
Graça Machado
Haroldo Vieira
Isa Musa
José Antonio dos Santos
Mércia Pimentel
Pedro Paim
Waldenor Mariot

CONSELHO FISCAL

Genildo Reis – Presidente
Flávia Casarin
Oséas Silva de Sousa
Jonas Couto (Suplente)
Marcos Maia (Suplente)
Valmir Canabarro (Suplente)

DIRETORES REGIONAIS


AC-01: Julia Maria Matias de Oliveira
AL-02: Nilson Roberto Lopes Vieira
AP-03: Samuel Bastos
AM-04: Terezinha Rodrigues da Silva
BA-05: Carlos Alberto Pereira Cabral
BA-06: Zaki Chagouri Ocke
BA-07: Amilton Vasconcelos dos Santos
BA-08: Maruse Dantas Xavier
CE-09: Maria José Faheina de Oliveira
CE-10: Ozimeire Penaforte S. Caetano
DF-11: Fausto de Lima Peixoto
DF-12: Nelson Vieira Filho
DF-13: Armando Cesar Ferreira dos Santos
DF-14: Elpidio Taube
DF-15: Waldyr Peixoto Filho
ES-16: Sebastião Ceschim
GO-17: Diosa Alves de Almeida
GO-18: José Carlos Teixeira de Queiroz
MA-19: Camilo Gomes da Rocha Filho
MT-20: Daniel Ambrosio Fialkoski
MS-21: Valdineir Ciro de Souza
MG-22: Luiz Carlos Fazza
MG-23: Eustáquio Guglielmelli
MG-24: Matheus Fraiha de Souza Coelho
MG-25: Amir Além Aquino
MG-26: Anibal Moreira Borges
MG-27: Maria Rosário Fátima Durães
PA-28: Fábio Gian Braga Pantoja
PB-29: Maria Aurinete Alves de Oliveira
PR-30: Aníbal Rumiato
PR-31: Antônio Ribas Maciel Júnior
PR-32: Sergio Ricardo Areco Pereira
PR-33: Carlos Kravicz
PE-34: Carolina Maria de Godoy Matos
PE-35: Eunice Lourenço Silva Jardim
PI-36: Francisco Carvalho Matos
RJ-37: Antônio Roberto Vieira
RJ-38: Maurício Gomes de Souza
RJ-39: Regina Marçal de Carvalho Seixas
RJ-40: Deuseli Fernandes Rosas Moreira
RJ-41: Sérgio Werneck Isabel da Cruz
RJ-42: Eduardo Leite Guimarães
RN-43: Damião Casado de Rezende
RS-44: Celson José Matte
RS-45: Maximiliano Bernardes de Amaro
RS-46: Edmundo Velho Brandão
RS-47: Paulo Bastos Noronha

RS-48: Maria Avani Cervo
RO-49: Hermes Antonio M. Saldanha
RO-50: Marco Antônio Anders de Almeida
RR-51: Rodrigo Esteves Martins
SC-52: Maria Helena Possas Feitosa
SC-53: VAGO
SC-54: Antônio João Furquim Pereira
SP-55: Maria Cecília Censoni
SP-56: Nilton Cifuentes Romão
SP-57: Waldenor Moreira Borges Filho
SP-58: Reginaldo Fonseca da Costa
SP-59: Adilson Antonio Menegueta
SP-60: Honório Almirão Filho
SP-61: José Roberto Leme
SP-62: Luiz Gonzaga Catelli Jr.
SP-63: Jaime Bortoloti
SP-64: Juvenal Aparecido Ferreira Antunes
SE-65: Almir Souza Vieira
TO-66: Roberto Vieira da Luz

CONTATO

SHCS 507 Bloco A Loja 15
Brasília-DF
0800 727 9669
(61) 3442-9696

E-mail: anabbresponde@nabb.org.br
Site: www.anabb.org.br

   @anabbevoce

ÍNDICE

05	Apresentação
06	Palavra do Presidente
08	Mesas Diretoras
10	Síglas
12	Destaque
17	Previdência
20	Tributário
25	FGTS
27	Trabalhista
30	Saúde
31	Governança
34	Desestatização
38	Penal
39	Eleitoral



APRESENTAÇÃO

A **ANABB – Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil** -, legítima representante dos funcionários do BB, da ativa e aposentados, possui 37 anos de existência com atuação estratégica voltada para a defesa do Banco do Brasil e dos interesses de seus associados.

Desde a sua fundação, em 1986, a Associação desempenha importante papel de articulação junto aos três Poderes da República, especialmente no que diz respeito à garantia dos direitos individuais e coletivos do funcionalismo do BB.

Em especial, durante a Constituinte, a ANABB subscreveu três Emendas Populares, dedicadas à participação dos trabalhadores no lucro real das empresas, aos proventos de aposentadoria e à fixação de teto de contribuição previdenciária sobre salários e proventos.

Na história mais recente, a Associação tem contínua atuação em defesa da Previ e da Cassi, dos planos de previdência e de saúde, respectivamente, dos funcionários do Banco do Brasil.

Diante desta atuação histórica e com o objetivo de contribuir positivamente no debate de temas relevantes, assim como na construção de soluções que possam afetar a vida dos bancários e da sociedade em geral, a ANABB desenvolveu a **AGENDA LEGISLATIVA - ANABB 2023**.

Esse documento é a materialização do que entendemos como relevante entre as proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional que merecem atenção especial, especificamente neste primeiro ano da 57ª Legislatura.

A ANABB é uma entidade plural e independente, não se pautando por ideologias, mas pelo seu papel de representatividade e de canal propositivo junto aos Poderes e em diversos segmentos da sociedade. Nossa proposta é orientar as decisões que afetam a vida de dezenas de milhares de brasileiros e influir positivamente nelas.

Dessa forma, sempre pautada no mais profundo respeito à diversidade de opiniões dos parlamentares, colocamo-nos à disposição para aprofundar o diálogo, inclusive com autoridades do Executivo, sobre os temas apresentados neste documento.

PALAVRA DO PRESIDENTE

O ano de 2023 será fundamental para a busca da estabilidade política, institucional e social do País, especialmente em razão da posse do novo governo e do Congresso Nacional.

O desafio de fortalecimento do Estado, das políticas públicas e da pacificação do país irá exigir vontade política, diálogo, equilíbrio nas relações institucionais e calibragem nas propostas, sempre na perspectiva de um governo eficaz e íntegro, de uma sociedade civil ativa e diversa e de um mercado economicamente competitivo e produtivo.

Para enfrentar esses desafios, o governo federal elegeu algumas prioridades, classificadas como emergenciais, de curto e médio prazos, que dependem de atos legais ou ação política para sua implementação, algumas das quais já estão em curso.

Uma das medidas emergenciais, tomadas antes mesmo da posse do Presidente e do novo Congresso, consistiu na aprovação da Emenda Constitucional - EC nº126/2022, conhecida com PEC da Transição, e na readequação orçamentária.

No curto prazo, as prioridades abrangem a reestruturação administrativa – passamos a ter 37 ministérios -, e a deliberação pelo novo Congresso das medidas provisórias editadas pelo Executivo, notadamente a que trata do critério de desempate no Conselho de Contribuintes e da que dispõe sobre a continuidade do valor do Bolsa-Família. E também contemplam, além da política de recuperação do valor do salário-mínimo, sobre a qual já existe um grupo de trabalho em andamento, a criação de novos grupos de trabalho tripartite para rever aspectos da legislação trabalhista e sindical.

No médio prazo, as prioridades incluem a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, além do debate e da deliberação sobre as reformas tributária e fiscal ampla. Pelo menos dois pontos serão centrais na discussão da proposta de reforma tributária infraconstitucional: a tributação sobre lucros e dividendos e a cobrança de tributos sobre grandes fortunas.

Há perspectiva de que a política de privatizações seja redesenhada e contida. Os



bancos oficiais, por sua vez, terão papel fundamental no fomento ao desenvolvimento e à geração de emprego e renda, conforme explicita a Mensagem ao Congresso Nacional, por ocasião da instalação da nova Legislatura: “O novo Governo Federal reassume seu compromisso com os bancos públicos – como Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CAIXA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste (BNB), Banco da Amazônia (BASA) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) – em sua missão de fomento ao desenvolvimento econômico, social e ambiental e na oferta de crédito a longo prazo e garantias em projetos estruturantes, compromissados com a sustentabilidade financeira dessas operações”.

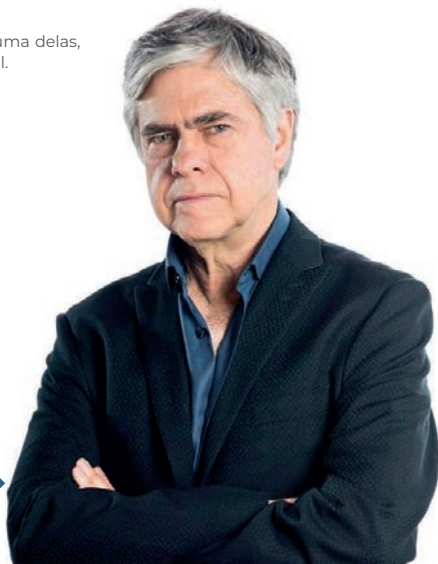
Em sintonia com esse ambiente de reconstrução, a ANABB lança sua Agenda Legislativa com os temas prioritários de interesse de nossos associados, especialmente a valorização dos bancos públicos e dos direitos trabalhistas e previdenciários dos bancários, em geral, e do Banco do Brasil, em particular.

A ANABB não se furta em defender temas que também podem afetar a sociedade. Por isso, de forma estratégica, assume posicionamentos que trazem benefícios aos associados e toda a família BB.

Nessa linha, elencamos 55 pautas prioritárias sobre os mais diversos temas, como: previdência, trabalhista, tributação e desestatização, na busca pela defesa clara de um Banco do Brasil que seja fomento do desenvolvimento do país.

A seguir, detalhamos cada uma delas, bem como a sua tramitação atual.

AUGUSTO CARVALHO
Presidente da ANABB
(2021-2024)



MESAS DIRETORAS

MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Biênio 2023-2024)

Presidência:

Presidente: deputado Arthur Lira (PP/AL)

1º Vice – Presidente: deputado Marcos Pereira (Republicanos/SP)

2º Vice – Presidente: deputado Sóstenes Cavalcante (PL/RJ)

Secretários:

1º Secretário: deputado Luciano Bivar (UNIÃO/PE)

2ª Secretária: deputada Maria do Rosário (PT/RS)

3º Secretário: deputado Júlio Cesar (PSD/PI)

4º Secretário: deputado Lucio Mosquini (MDB/RO)

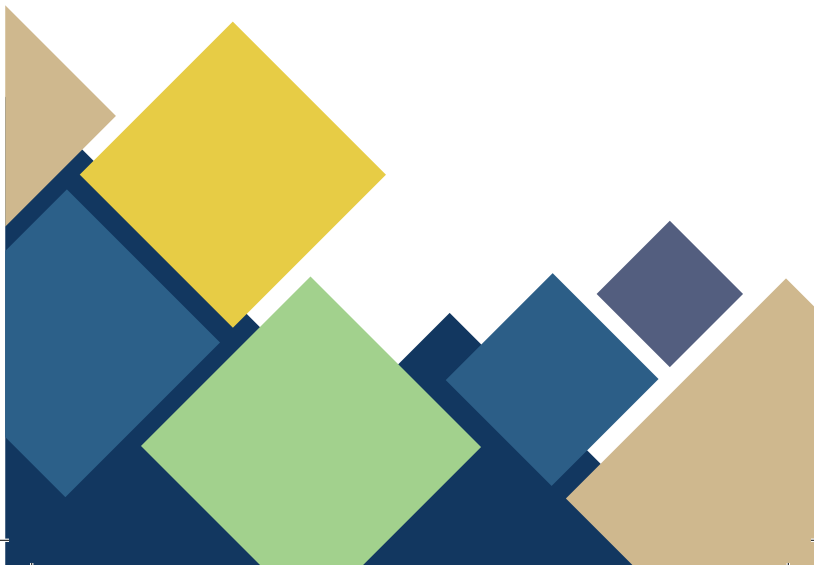
Suplentes de Secretários:

1º Suplente: deputado Gilberto Nascimento (PSC/SP)

2º Suplente: deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS)

3º Suplente: deputado Beto Pereira (PSDB/MS)

4º Suplente: deputado André Ferreira (PL/PE)



MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL (Biênio 2023-2024)

Presidência:

Presidente: senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

1º Vice – Presidente: senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

2º Vice – Presidente: senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL)

Secretários:

1º Secretário: senador Rogério Carvalho (PT/SE)

2º Secretário: senador Weverton (PDT/MA)

3º Secretário: senador Chico Rodrigues (PSB/RR)

4º Secretário: senador Styvenson Valetim (PODEMOS/RN)

Suplentes de Secretários:

1º Suplente: vago

2º Suplente: vago

3º Suplente: vago

4º Suplente: vago

SIGLAS

Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados

CASP	Comissão de Administração e Serviço Público
CAPADR	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
CCTI	Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação
CPOVOS	Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais
CCOM	Comissão de Comunicação
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CCULT	Comissão de Cultura
CDC	Comissão de Defesa do Consumidor
CMULHER	Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
CIDOSO	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
CPD	Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência
CDE	Comissão de Desenvolvimento Econômico
CDU	Comissão de Desenvolvimento Urbano
CDHMIR	Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial
CE	Comissão de Educação
CESPO	Comissão do Esporte
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
CFFC	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
CICS	Comissão de Indústria, Comércio e Serviços
CINDRE	Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional
CLP	Comissão de Legislação Participativa
CMADS	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CME	Comissão de Minas e Energia
CPASF	Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família
CREDN	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
CSAUDE	Comissão de Saúde
CSPCCO	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
CTRAB	Comissão de Trabalho
CTUR	Comissão de Turismo
CVT	Comissão de Viação e Transporte



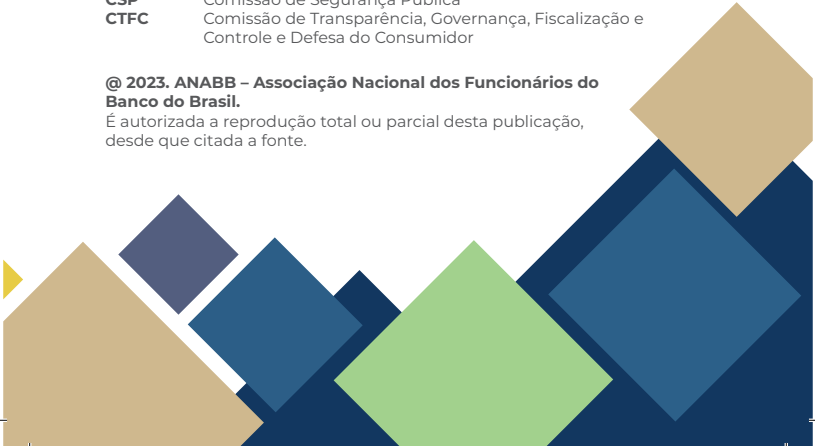
CD	Câmara dos Deputados
SF	Senado Federal
CN	Congresso Nacional
MPV	Medida Provisória
PDL	Projeto de Decreto Legislativo
PDC	Projeto de Decreto Legislativo
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Projeto de Lei Ordinária
PLC	Projeto de Lei Complementar
PLP	Projeto de Lei Complementar

Comissões Permanentes do Senado Federal

CAE	Comissão de Assuntos Econômicos
CAS	Comissão de Assuntos Sociais
CCJ	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CCT	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CDH	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CDIR	Comissão Diretora do Senado Federal
CDR	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CE	Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CI	Comissão de Serviços de Infraestrutura
CMA	Comissão de Meio Ambiente
CRA	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
CRE	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CSF	Comissão Senado do Futuro
CSP	Comissão de Segurança Pública
CTFC	Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

@ 2023. ANABB – Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil.

É autorizada a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.



DESTAQUE **PDL 313/2022**

Autor: Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS)

Objeto: Susta os efeitos da Resolução nº 42, de 4 de agosto de 2022, do Ministério da Economia, que "Estabelece diretrizes e parâmetros para as empresas estatais federais quanto aos seus regulamentos internos de pessoal e planos de cargos e salários".

Tramitação: Aguarda designação de Relator na Comissão de Trabalho (CTRAB).

Próximo passo: **CTRAB** > CCJC > PLENÁRIO

DESTAQUE **PLP 84/2015**

Autor: Dep. Maria do Rosário (PT/RS)

Objeto: Altera disposições das Leis Complementares nºs 108 e 109, de 29 de maio de 2001, sobre o Regime de Previdência Complementar.

Tramitação: Aguarda apreciação na Comissão de Trabalho (CTRAB).

Próximo passo: **CTRAB** > CSSF > CFT > CCJC > PLENÁRIO

DESTAQUE **PEC 45/2019**

Autor: Dep. Baleia Rossi (MDB/SP)

Objeto: Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Tramitação: Criado Grupo de Trabalho na Câmara dos Deputados para discussão da matéria e apresentação de relatório para deliberação em Plenário.

Próximo passo: **GT** > PLENÁRIO

DESTAQUE **PL 7172/2010**

Autor: Sen. César Borges (PR/BA)

Objeto: Reduz para 60 anos a idade mínima do beneficiário da parcela isenta do Imposto de Renda incidente sobre rendimentos pagos pela previdência social.

Tramitação: Aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Próximo passo: Aprovado na CIDOSO > **CFT** > CCCJ > PLENÁRIO

DESTAQUE**PL 7979/2017**

Autor: Comissão de Legislação Participativa - Associação dos Funcionários dos Bancos do Nordeste do Brasil

Objeto: Acrescenta parágrafo ao art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estender aos dirigentes e aos representantes de associações de trabalhadores, quando no exercício da defesa dos interesses de sua categoria, as garantias dadas aos dirigentes sindicais.

Tramitação: Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximo passo: Aprovado na CTAB > **CCJC** > PLENÁRIO

DESTAQUE**PL 10256/2018**

Autor: Dep. Cabo Sabino (Avante/CE)

Objeto: Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda os valores recebidos mensalmente por contribuintes com mais de 65 anos.

Tramitação: Apensado ao PL nº 7.172/2010 – Aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Próximo passo: Aprovado na CIDOSO > **CFT** > CCJC

DESTAQUE**PL 581/2019**

Autor: Sen. Álvaro Dias (Podemos/PR)

Objeto: Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dar à participação dos trabalhadores nos lucros ou nos resultados das empresas o mesmo tratamento fiscal dado à distribuição de lucros ou dividendos aos sócios ou acionistas.

Tramitação: Aprovado no Senado Federal - Aguarda designação de relator na Comissão de Trabalho (CTRAB).

Próximo passo: CTRAB > CFT > CCJC > PLENÁRIO

DESTAQUE**PL 5503/2019**

Autor: Sen. Paulo Paim (PT/RS)

Objeto: Altera a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, para permitir a participantes e assistidos de plano de previdência complementar optarem pelo regime de tributação quando da obtenção do benefício ou do resgate dos valores acumulados.

Tramitação: Aprovado no Senado Federal - Aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Próximo passo: Aprovado na CSSF > CFT > CCJC

DESTAQUE**PL 1413/2019**

Autor: Dep. Enéias Reis (PSL/MG)

Objeto: Altera o art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para que os rendimentos do trabalho dos detentores de doenças graves sejam isentos do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Tramitação: Apensado ao PL 4703/2012 – Pronto para pauta no Plenário (PLEN).

Próximo passo: PLENÁRIO

DESTAQUE**PL 1135/2020**

Autor: Dep. Roberto de Lucena (Pode/SP)

Objeto: Torna proibida a contribuição previdenciária do trabalhador aposentado.

Tramitação: Apensado ao PL 2567/2011 – Aguarda designação de relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO).

Próximo passo: CIDOSO > CSSF > CFT > CCJC

DESTAQUE**PL 461/2021**

Autor: Dep. Kim Kataguirí (DEM/SP)

Objeto: Altera a Lei nº 9.491, de 1997, a fim de incluir o Banco do Brasil no Programa Nacional de Desestatização.

Tramitação: Apensado ao PL 2728/1989 – Pronto para pauta no Plenário (PLEN).

Próximo passo: PLENÁRIO

PREVIDÊNCIA**PL 4434/2008**

Autor: Sen. Paulo Paim (PT/RS)

Objeto: Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo regime geral de previdência social e o índice de correção previdenciária.

Tramitação: Pronto para pauta no Plenário (PLEN).

Próximo passo: Aprovado no SF > Aprovado na CSSF > Aprovado na CCJC > PLENÁRIO

PREVIDÊNCIA

PLP 98/2015

Autor: Dep. Celso Russomanno (PRB/SP)

Objeto: Altera a Lei Complementar nº 109/2001, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar, para estabelecer a aplicação do Código de Defesa do Consumidor às entidades de previdência privada.

Tramitação: Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximo passo: Aprovado na CSSF > Aprovado na CDC > **CCJC**

PREVIDÊNCIA

PLP 265/2016

Autor: Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS)

Objeto: Altera a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

Tramitação: Aguarda apreciação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

Próximo passo: **CSSF** > CFT > CCJC > PLENÁRIO

PREVIDÊNCIA

PL 5818/2019

Autor: Dep. Christino Aureo (PP/RJ)

Objeto: Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, para introduzir desconto na alíquota da contribuição social, a cargo da empresa, como fomento à contratação e capacitação do público enquadrado na denominada “Economia Prateada”, cuja idade seja inferior em até dez anos à idade mínima exigida para a aposentadoria.

Tramitação: Apensado ao PL 6930/2006 - Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximo passo: Aprovado na CTASP > **CCJC** > PLENÁRIO

PREVIDÊNCIA

PLP 164/2020

Autor: Poder Executivo

Objeto: Altera a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, para instituir a independência patrimonial dos planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar.

Tramitação: Aguarda designação de relator na Comissão de Saúde (CSAUDE).

Próximo passo: **CSAUDE** > CFT > CCJC > PLENÁRIO

PREVIDÊNCIA

PLP 12/2020

Autor: Dep. Gilson Marques (Novo/SC)

Objeto: Revoga o § 4º do art. 14 da Lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.

Tramitação: Aguarda designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

Próximo passo: CSSF > CFT > CCJC > PLENÁRIO

TRIBUTÁRIO

PL 5737/2009

Autor: Sen. Renan Calheiros (PMDB/AL)

Objeto: Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes mellitus e a fibrose cística entre as doenças e os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do Imposto de Renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma.

Tramitação: Apensado ao PL 1217/2007 – Aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Próximo passo: Aprovado na CSSF > CFT > CCJC

TRIBUTÁRIO

PL 5338/2009

Autor: Sen. Efraim Morais (DEM/PB)

Objeto: Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção progressiva do Imposto de Renda da Pessoa Física incidente sobre os rendimentos de aposentadoria e pensão para os maiores de 66 anos.

Tramitação: Aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Próximo passo: Aprovado na CIDOSO > Aprovado na CSSF > **CFT** > CCJC

TRIBUTÁRIO

PL 6094/2013

Autor: Dep. João Campos (PSDB/GO)

Objeto: Altera as Leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007, e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para reajustar os valores das tabelas progressivas mensais do Imposto de Renda da Pessoa Física, das deduções por dependente, das despesas com educação e dá outras providências.

Tramitação: Apensado ao PL 458/2021 - Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximo passo: CFT > **CCJC** > PLENÁRIO

TRIBUTÁRIO

PL 3737/2019

Autor: Dep. Norma Ayub (DEM/ES)

Objeto: Reajusta os valores da tabela progressiva mensal e da parcela isenta de pensão, aposentadoria, reserva remunerada e reforma de maiores de 65 anos do Imposto de Renda da Pessoa Física, cria mecanismo de atualização automática na mesma data em que forem reajustados os benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pelo mesmo percentual de correção, e permite que os imóveis sejam corrigidos pelo IPCA, a partir de 1º de janeiro de 1996, para efeitos de informação na declaração de rendimentos e de apuração de ganho de capital.

Tramitação: Apensado ao PL 458/2021 - Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximo passo: CFT > **CCJC** > PLENÁRIO

TRIBUTÁRIO

PL 3887/2020

Autor: Poder Executivo

Objeto: Institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), e altera a legislação tributária federal.

Tramitação: Aguarda criação de Comissão Temporária pela Mesa.

Próximo passo: **COMISSÃO ESPECIAL**

TRIBUTÁRIO

PL 4082/2019

Autor: Dep. Afonso Motta (PDT/RS)

Objeto: Altera a Lei nº 9.491, de 1997, para determinar que a desestatização de empresas ou instituições financeiras, controladas direta ou indiretamente pela União, se dará mediante prévia aprovação pelo Congresso Nacional, bem como altera a redação do inciso XVIII do art. 29 da Lei nº 13.303/2016, para estabelecer que só será permitida a dispensa de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista, na compra e venda de ações, títulos de crédito e de dívida e de bens que produzam ou comercializem, se não importar na perda de controle acionário.

Tramitação: Apensado ao PL 4703/2012 – Pronto para pauta no Plenário (PLEN).

Próximo passo: PLENÁRIO

TRIBUTÁRIO

PL 960/2021

Autor: Dep. Eduardo Costa (PTB/PA)

Objeto: Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que estabelece isenção do Imposto de Renda sobre rendimentos percebidos por pessoas físicas, substituindo o termo alienação mental por doenças mentais crônicas limitantes.

Tramitação: Apensado ao PL 4703/2012 – Pronto para pauta no Plenário (PLEN).

Próximo passo: PLENÁRIO

TRIBUTÁRIO

PL 1253/2021

Autor: Dep. Charles Fernandes (PSB/BA)

Objeto: Altera a legislação do Imposto de Renda da Pessoa Física com o objetivo de permitir a dedução do Imposto de Renda de exames e medicações que levem ao uso contínuo.

Tramitação: Apensado ao PL 1457/2022 - Aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Próximo passo: CFT > CCJC

TRIBUTÁRIO

PL 1644/2021

Autor: Dep. Luiz Carlos Motta (PL/SP)

Objeto: Acrescenta alíneas ao inciso XIV da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

Tramitação: Apensado ao PL 4703/2012 – Pronto para pauta no Plenário (PLEN).

Próximo passo: PLENÁRIO

TRIBUTÁRIO

PL 2337/2021

Autor: Poder Executivo

Objeto: Altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Tramitação: Aguarda distribuição no Senado Federal.

Próximo passo: Aprovado na Câmara dos Deputados > CAE

FGTS

PL 7472/2010

Autor: Dep. Rodrigo Maia (DEM/RJ)

Objeto: Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

Tramitação: Apensado ao PL 2541/2015 – Aguarda designação de relator na Comissão de Saúde (CSAUDE).

Próximo passo: CSAUDE > CTAB > CFT > CCJC > PLENÁRIO

FGTS

PL 3304/2019

Autor: Dep. Lauriete (PL/ES)

Objeto: Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para aquisição de medicamentos de alto custo.

Tramitação: Apensado ao PL 3800/2019 - Aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Próximo passo: CFT > CTRAB > CSSF > CCJC > PLENÁRIO

FGTS

PL 951/2020

Autor: Sen. Eliziane Gama (Cidadania/MA)

Objeto: Altera o art. 20 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.

Tramitação: Aguardando despacho da Mesa.

Próximo passo: Aguardando distribuição no Senado Federal

TRABALHISTA 

PLP 64/2003

Autor: Dep. Mário Heringer (PDT/MG)

Objeto: Dispõe sobre horário de atendimento bancário ao público.

Tramitação: Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC).

Próximo passo: Aprovado na CFT > **CCJC** > PLENÁRIO

TRABALHISTA 

PL 2567/2011

Autor: Sen. Rodrigo Rollemberg (PSB/DF)

Objeto: Altera o § 2º do art. 18 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar os benefícios previdenciários devidos ao aposentado que retomar ao trabalho.

Tramitação: Aguarda designação de relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO).

Próximo passo: **CIDOSO** > CSSF > CFT > CCJC

TRABALHISTA

PL 7179/2017

Autor: Sen. Maria do Carmo (DEM/SE)

Objeto: Dispõe sobre a participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Tramitação: Aguarda designação de relator na Comissão de Trabalho (CTRAB).

Próximo passo: Aprovado na CMULHER > **CTRAB** > CCJC

TRABALHISTA

PL 1034/2019

Autor: Dep. Lourival Gomes (PSL/RJ)

Objeto: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a garantia no emprego para trabalhador prestes a se aposentar.

Tramitação: Apensado ao PL 6930/2006 - Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximo passo: Aprovado na CTASP > **CCJC** > PLENÁRIO

TRABALHISTA //**PL 2931/2019**

Autor: Dep. Pastor Eurico (Patri/PE)

Objeto: Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho para estabelecer cota para contratação de pessoas com mais de 40 anos de idade pelas empresas com mais de 100 empregados.

Tramitação: Apensado ao PL 6930/2006 - Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Próximo passo: Aprovado na CTASP > **CCJC** > PLENÁRIO

TRABALHISTA //**PL 167/2023**

Autor: Dep. Renata Abreu (PODE/SP)

Objeto: Altera a Lei nº 13.303/2016 para assegurar a paridade de gêneros da estrutura societária das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas filiais.

Tramitação: Aguardando despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.

Próximo passo:

SAÚDE

PL 7419/2006

Autor: Dep. Luiz Pontes (PSDB/CE)

Objeto: Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e os seguros privados de assistência à saúde.

Tramitação: Aguarda designação de relator na Comissão Especial - PL 7419/06 - PLANOS DE SAÚDE - Pronto para pauta no Plenário.

Próximo passo: Aprovado na CSAUDE > **PLENÁRIO**

SAÚDE

PDC 983/2018

Autor: Dep. Chico Alencar (Pso/RJ)

Objeto: Susta os efeitos da decisão da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que aprovou, por unanimidade, o índice de reajuste máximo de 10% (dez por cento) com vigência de 1º de maio de 2018 a 30 de abril de 2019 para as contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência suplementar à saúde, individuais e familiares, médico-hospitalares com ou sem cobertura odontológica, previsto no artigo 2º da Resolução Normativa (RN) nº 171, de 29 de abril de 2008.

Tramitação: Aguarda designação de relator na Comissão de Saúde (CSAUDE).

Próximo passo: **CSAUDE** > CCJC > PLENÁRIO

SAÚDE

PL 164/2023

Autor: Dep. Lebrão (UNIÃO/RO)

Objeto: Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre a saúde suplementar para estabelecer regras para os reajustes dos planos privados de assistência à saúde.

Tramitação: Aguardando despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.

Próximo passo:

GOVERNANÇA

PL 622/2011

Autor: Dep. Rodrigo Garcia (DEM/SP)

Objeto: Institui o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias a que se refere o art. 173, § 1º da Constituição Federal.

Tramitação: Apensado ao PL 798/2019 – Aguarda designação de relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Próximo passo: CTASP > CFT > CDEICS > CCJC

GOVERNANÇA

PL 268/2016

Autor: Sen. Valdir Raupp (PMDB/RO)

Objeto: Altera a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, para aprimorar os dispositivos de governança das entidades fechadas de previdência complementar vinculadas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e a suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas.

Tramitação: Pronta para Pauta no Plenário (PLEN).

Próximo passo: Aprovado na CCJC > **PLENÁRIO**

GOVERNANÇA

PL 5546/2019

Autor: Sen. José Aníbal (PSDB/SP)

Objeto: Altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986 (Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional), para tipificar o crime de facilitação de gestão fraudulenta ou temerária e definir os crimes de gestão fraudulenta e de gestão temerária, bem como determinar a aplicação do disposto na referida lei, exclusivamente para fins de responsabilização penal, às entidades de previdência complementar e às unidades gestoras dos regimes próprios de previdência social.

Tramitação: Aguarda designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Próximo passo: **CFT** > CSAUDE > CCJC

GOVERNANÇA **PLP 110/2019**

Autor: Poder Executivo

Objeto: Dispõe sobre a posse e o exercício em cargos nos órgãos de administração e nos órgãos previstos no estatuto ou no contrato social de instituições financeiras públicas e privadas.

Tramitação: Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC).

Próximo passo: Aprovado na CFT > **CCJC** > PLENÁRIO

GOVERNANÇA **PL 443/2021**

Autor: Dep. João Daniel (PT/SE)

Objeto: Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para dispor sobre a necessidade de autorização legislativa nos processos de redimensionamento de estrutura organizacional das empresas públicas e sociedades de economia mista, na forma que especifica.

Tramitação: Apensado ao PL 3124/2004 – Pronto para pauta no Plenário (PLEN).

Próximo passo: **PLENÁRIO**

DESESTATIZAÇÃO //**PDC 827/2017**

Autor: Dep. Alessandro Molon (REDE/RJ)

Objeto: Susta os efeitos do Decreto nº 9.188, de 1º de novembro de 2017, que estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais.

Tramitação: Aguarda designação de relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE).

Próximo passo: CDE > CCJC > PLENÁRIO

DESESTATIZAÇÃO //**PL 3124/2004**

Autor: Dep. Marcello Siqueira (MDB/MG)

Objeto: Altera a Lei nº 9.491, de 09 de setembro de 1997, para estabelecer a obrigatoriedade de anuência do Congresso Nacional em cada venda de empresa e banco público ou de economia mista.

Tramitação: Tramita em conjunto com 26 projetos de lei correlatos. Pronta para Pauta no Plenário (PLEN).

Próximo passo: Sendo aprovado, segue para o Senado Federal.

DESESTATIZAÇÃO //**PL 10470/2018**

Autor: Dep. Erika Kokay (PT/DF)

Objeto: Dispõe sobre regras específicas para abertura do capital social, privatização ou extinção de empresa pública ou sociedade de economia mista para garantir transparência e ampla participação da população e dá outras providências.

Tramitação: Apensado ao PL 3124/2004 - Pronta para Pauta no Plenário (PLEN).

Próximo passo: Aprovado na CFT > **PLENÁRIO**

DESESTATIZAÇÃO //**PL 5661/2019**

Autor: Dep. Gleisi Hoffmann (PT/PR)

Objeto: Altera as Leis nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e nº 13.303, de 30 de junho de 2006, para dispor sobre a realização de referendo prévio para alienação de ativos que resultem em perda de controle acionário pela União.

Tramitação: Apensado ao PL 3124/2004 - Pronta para Pauta no Plenário (PLEN).

Próximo passo: Aprovado na CFT > **PLENÁRIO**

DESESTATIZAÇÃO

PL 5588/2019

Autor: Dep. José Guimarães (PT/CE)

Objeto: Revoga a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que “altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências”.

Tramitação: Apensado ao PL 3124/2004 - Pronta para Pauta no Plenário (PLEN).

Próximo passo: Aprovado na CFT > **PLENÁRIO**

DESESTATIZAÇÃO

PL 5767/2019

Autor: Dep. Afonso Motta (PDT/RS)

Objeto: Altera a Lei nº 9.491, de 1997, para determinar que a desestatização de empresas ou instituições financeiras, controladas direta ou indiretamente pela União, se dará mediante prévia aprovação pelo Congresso Nacional, bem como altera a redação do inciso XVIII do art. 29 da Lei nº 13.303/2016, para estabelecer que só será permitida a dispensa de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista, na compra e venda de ações, títulos de crédito e de dívida e de bens que produzam ou comercializem, se não importar na perda de controle acionário.

Tramitação: Apensado ao PL 3124/2004 - Pronta para Pauta no Plenário (PLEN).

Próximo passo: Aprovado na CFT > **PLENÁRIO**

DESESTATIZAÇÃO //**PL 5455/2020**

Autor: Dep. Jesus Sérgio (PDT/AC)

Objeto: Altera o art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para salvaguardar do Programa Nacional de Desestatização (PND), a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Tramitação: Apensado ao PL 3124/2004 – Pronto para pauta no Plenário (PLEN).

Próximo passo: PLENÁRIO

DESESTATIZAÇÃO //**PL 5590/2020**

Autor: Dep. André Figueiredo (PDT/CE)

Objeto: Altera a Lei nº 9.491, de 9 de agosto de 1997, que “altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências”.

Tramitação: Apensado ao PL 3124/2004 – Pronto para pauta no Plenário (PLEN).

Próximo passo: PLENÁRIO

DESESTATIZAÇÃO

PL 591/2021

Autor: Poder Executivo

Objeto: Dispõe sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.

Tramitação: Aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal.

Próximo passo: Aprovado na Câmara dos Deputados > CAE

PENAL

PL 1521/2019

Autor: Dep. Marcos de Jesus (PL/PE)

Objeto: Introduce art. 146-A no Código Penal Brasileiro – Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, dispondo sobre o crime de assédio moral no trabalho. NOVA EMENTA: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o assédio moral.

Tramitação: Aguarda parecer do relator, Senador Fabiano Contarato (PT/ES), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Próximo passo: Aprovado na CD > CCJ > PLENÁRIO

ELEITORAL**PLP 112/2021**

Autor: Dep. Soraia Santos (PL/RJ)

Objeto: Institui o Código Eleitoral. NOVA EMENTA: Dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras.

Tramitação: Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal.

Próximo passo: **PLENÁRIO**

*As informações sobre projetos constantes desta seção foram atualizadas até 27 de fevereiro de 2023.



Na ANABB, sua família está protegida!

Funcionários do BB e parentes em até 4º grau
podem fazer parte da Associação

Venha nos fazer uma visita!

📍 SHCS 507 Bloco A Loja 15 - Brasília/DF

Confira nossos canais de atendimento

☎️ 0800 727 9669

(61) 3442-9696

Siga nossas redes sociais e fique por dentro do que realmente importa

📷 📘 🐦 @anabbevoce

✉️ anabbresponde@anabb.org.br

🌐 www.anabb.org.br



JUNTE-SE A NÓS

e faça como os mais de 82 mil funcionários do BB que têm suas carreiras defendidas pela ANABB e desfrutam de vantagens exclusivas.



**Associe-se on-line,
é rápido e fácil!**

Acesse o QR Code para entrar no site **anabb.org.br**

 **Dúvidas?**

0800 727 9669

(61) 3442-9696





ANABB

Associação Nacional
dos Funcionários do
Banco do Brasil

